



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VICENTE FELIX CORREIA

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR DE MELO

EDUARDO TAVARES MENDES

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE Omena ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - PRESIDENTE

VICENTE FELIX CORREIA

EDUARDO TAVARES MENDES

DILMAR LOPES CAMERINO

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDUARDO TAVARES MENDES

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCÊNCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 11 DE JUNHO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 262/2014.

Interessado: Dra. Martha Bueno Marques Pinto, Promotora de Justiça.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Oficie-se aos destinatários dos ofícios de fls. 58 e 60, solicitando informações acerca das providências adotadas.

Proc: 4863/2014.

Interessado: Dr. Wesley Fernandes Oliveira.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho

1. Junte-se aos autos a certidão da Diretoria de Pessoal e da Corregedoria Geral do Ministério Público.

2. Encaminhe-se, mediante ofício, ao Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados - SFPC, do Comando da 7ª Região Militar do Brasil, por intermédio do 59º Batalhão de Infantaria Motorizado em Maceió, os seguintes documentos:

a) Solicitações para aquisição de armas de fogo de uso restrito, em uma via;

b) Solicitações para aquisição de munições de uso restrito, em uma via, e

c) Comprovantes originais da guias de recolhimentos da União, Fundo do Exército, atinentes às solicitações acima, no total de dois comprovantes.

3. Enderece também, quando do cumprimento do artigo supra, ao Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados - SFPC, do Comando da 7ª Região Militar do Brasil, duas mídias eletrônicas, distintas, constando os documentos listados nas alíneas "a", "b" e "c", do item 2.

4. Cumpra-se.

Proc: 595/2015.

Interessado: Dr. Sérgio Eduardo Simões, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Acolho o parecer da d. Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Agente Público. Designação para responder em substituição, sem prejuízo de suas funções habituais, perante a 52ª Promotoria de Justiça da Capital, de 3º entrância, até ulterior deliberação. Portaria nº 192/2012, publicada no Diário Oficial do dia 24 de fevereiro de 2012. Remuneração. Diárias. Pagamento. Impossibilidade. Exegese do art. 11 do ato normativo nº 6/2011. A designação de membro do Ministério Público para atuar em substituição, sem prejuízo de suas atividades habituais, em cargo de entrância superior ao de sua lotação, não enseja ao direito de percepção de diárias, face ao direito de percepção de verba de diferença de entrância. Pelo indeferimento".

Proc: 3492/2014.

Interessado: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA.

Assunto: Encaminhamento de cópia de peças do Proc. nº 02003.000090/2013-67-IBAMA/SUPES/AL.

Despacho: Acolho o parecer da d. Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 42ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 1094/2015.

Interessado: Mário César de Albuquerque Pessoa, Técnico do Ministério Público.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Sistema de registro de Preço - SRP. Licitação - Modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por lote, para o registro de preços à futura e eventual aquisição de materiais de expediente. Fase Interna. Termo de referência. Orçamento n° 44/2015 elaborado pelo setor de compras. Informação das Diretoria de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças. Análise da Controladoria Interna. Pela aprovação do material confeccionado e ulterior autorização de abertura do certame.

Proc: 1126/2015.

Interessado: Ouvidoria do Ministério Público.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Defere-se o pagamento de diárias à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se

Proc: 1273/2015.

Interessado: Jailson José Diniz.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Junte-se cópia das Portarias PGJ n°s 535, de 3 de junho de 2014 e 448, de 22 de maio de 2015. Em seguida, expeça-se novo ofício nos termos do despacho de fl. 3.

Proc: 1303/2015.

Interessado: Corregedoria Geral da Justiça.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Junte-se cópia das Portarias PGJ n°s 535, de 3 de junho de 2014 e 448, de 22 de maio de 2015. Em seguida, expeça-se novo ofício nos termos do despacho de fl. 6.

Proc: 1447/2015.

Interessado: 66ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas no âmbito desta PGJ, em especial a edição dos Ofícios n°s 902/2015/CG/PGJ e 903/2015/CG/PGJ, bem como da informação de fl. 42, devolvam-se os autos à 66ª Promotoria de Justiça da Capital, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 1852/2015.

Interessado: 17ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a adoção da medida sugerida.

Proc: 1986/2015.

Interessado: Promotoria de Justiça de Igreja Nova.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Junte-se ao Proc. 1187/2015.

Proc: 2005/2015.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (NF n°s 1.11.000.000208/2015-84, 1.11.000.000310/2015-80, 1.11.000.001360/2014-01, 1.11.000.001682/2014-42, 1.11.000.000270/2015-76 e 1.11.000.001605/2014-92).

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, ordenando o desentranhamento das Notícias de Fato e remessa aos órgãos de execução indicados.

Proc: 2047/2015.

Interessado: Secretaria de Estado da Educação.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 55ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 2108/2015.

Interessado: Prefeitura de São Miguel dos Milagres.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a adoção das medidas sugeridas.

Proc: 2110/2015.

Interessado: Caixa Econômica Federal.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Evoluam os autos sucessivamente à DG, para os fins do art. 26 da Lei n° 8.666/1993, e à DP.

Proc: 2121/2015.

Interessado: Dr. Vicente Félix Correia, Procurador de Justiça.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas no âmbito desta PGJ, em especial a edição do Ofício n° 373/2015- GAB/PGJ, archive-se.

Proc: 2166/2015.

Interessado: Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - Asplage.

Assunto: Proposta de mapeamento de processo de atividade.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica, com a seguinte ementa: "Pedido de Providências. Termo de Abertura de proposta de mapeamento de atividade (área-meio): Solicitação de Suprimento de Fundos (adiantamento). Elaboração consoante metodologia adotada pela ASPLAGE, e endossado pelo responsável pelo objetivo estratégico. Parecer favorável do Chefe de Escritório de Gerenciamento de Processos de Atividades e do Assessor de Planejamento e Gestão Estratégica. Inexistência de ônus financeiro-orçamentário, para o atendimento das atividades inseridas na proposta. Inexistência de vedação legal. Poder discricionário da Administração Pública". Aprovo o Processo de Atividade - Área Meio: "Solicitação de Suprimento de Fundos (Adiantamento)" - Código: 13/2015.

Proc: 2167/2015.

Interessado: Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - Asplage.

Assunto: Proposta de mapeamento de processo de atividade.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Pedido de Providências. Termo de Abertura de proposta de mapeamento de atividade (área-meio): Prestação de Contas de Suprimento de Fundos (adiantamento). Elaboração consoante metodologia adotada pela ASPLAGE, e endossado pelo responsável pelo objetivo estratégico. Parecer favorável do Chefe de Escritório de Gerenciamento de Processos de Atividades e do Assessor de Planejamento e Gestão Estratégica. Inexistência de ônus financeiro-orçamentário, para o atendimento das atividades inseridas na proposta. Inexistência de vedação legal. Poder discricionário da Administração Pública". Aprovo o Processo de Atividade - Área Meio: "Prestação de Contas de Suprimento de Fundos (Adiantamento)" - Código: 14/2015.

Proc: 2176/2015.

Interessado: Dr. Cláudio José Moreira Teles, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 2185/2015.

Interessado: Dra. Maria Cecília Pontes Carnaúba, Promotora de Justiça.

Assunto: Pedido de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 2188/2015.

Interessado: Joabe Lins da Silva, Técnico do Ministério Público.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2205/2015.

Interessado: Dr. Jomar Amorim de Moraes, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 2246/2015.

Interessado: Jorge Antônio dos Santos.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: À DP para informar.

Proc: 2254/2015.
Interessado: Dr. Cláudio Luiz Galvão Malta, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de adiamento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis.
Após, archive-se.

Proc: 2255/2015.
Interessado: Promotorias de Justiça de Rio Largo.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 2257/2015.
Interessado: Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Procurador de Justiça.
Assunto: Pedido de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis.
Após, archive-se.

Proc: 2271/2015.
Interessado: Dr. George Sarmento Lins Júnior, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de adiamento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis.
Após, archive-se.

Proc: 2279/2015.
Interessado: Dr. Paulo Henrique da Silva Aguiar, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis.
Após, archive-se.

Proc: 2283/2015.
Interessado: Comissão de Estágio Probatório desta PGJ.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Avaliação de Estágio Probatório. Parecer conclusivo da Comissão de Estágio Probatório considerando o servidor apto. Aplicação do art. 14 e art. 15 do Ato Normativo PGJ nº 01/2007. Pelo deferimento de edição de ato de homologação por parte do Procurador-Geral de Justiça".

Proc: 2294/2015.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (NF nº 1.11.000.001488/2014-67).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2298/2015.
Interessado: Diretoria Geral desta PGJ.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Defiro. Lavre-se a portaria necessária.

Proc: 2299/2015.
Interessado: Teógenes Cardoso Tenório Lisboa, Assessor Operacional da Diretoria de Apoio Administrativo.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À DP para informar e, em seguida, à douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2301/2015.
Interessado: Comissão de Avaliação Periódica de Desempenho dos Servidores.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Defiro. Lavre-se a necessária portaria.

Proc: 2320/2015.
Interessado: José Carlos Silva Castro, Promotor de Justiça.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À DP para informar.

Proc: 2334/2015.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (NF nº 1.11.000.000007/2015-87).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 3389/2013 (3560/2013 em apenso).
Interessado: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA.
Assunto: Encaminhamento para os fins do Assento nº 003/CSMP.
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o arquivamento do feito.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 11 de junho de 2015.

Andressa Loureiro de Mendonça Alves
Assessora Técnica

Protocolo 166605

Ato PGJ nº 2/2015

Determina o retorno do registro eletrônico de frequência dos servidores do Prédio Sede da Procuradoria Geral de Justiça e da Escola Superior do Ministério Público.

O Procurador-Geral de Justiça, no uso das suas atribuições, ao CONSIDERAR

1 - O teor do Memorando nº 34/2015 - DP/PGJ, que informa o conserto do relógio de ponto eletrônico;
2 - O art. 12, do Ato PGJ nº 19/2012, que estabelece o registro eletrônico de frequência dos Servidores do Ministério Público;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que, a partir de 15 de junho vindouro, a apuração da frequência dos servidores volte a ser realizada por meio de registro eletrônico de ponto;

Art. 2º Este Ato entra em vigor a partir do dia 15 de junho do corrente ano, ficando revogado o Ato PGJ nº 1/2015.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça em Maceió, 10 de junho de 2015.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 166607

PORTARIA PGJ nº 529, DE 11 DE JUNHO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, ex vi do art. 127, § 2º, da Constituição Federal, do art. 143, I, da Constituição Estadual, combinados com o art. 10º, V, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e art. 9º, V, da Lei nº 15, de 22 de novembro de 1996 e art. 72, da Lei nº 7.654, de 3 de setembro de 2014, ratificado pelo art. 10º da Lei 7.691, de 6 de abril de 2015.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica remanejado do orçamento vigente o valor de R\$ 4.774.000,00 (quatro milhões setecentos e setenta e quatro mil reais), para reforço de dotações orçamentárias, indicados no quadro I desta portaria.

Artigo 2º - Os recursos necessários para execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no quadro II desta Portaria.

Artigo 3º - Comunique-se ao Chefe do Poder Executivo para encaminhamento à Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento do Estado para implantação no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM, na forma do art. 72, da Lei nº 7.654, de 3 de setembro de 2014. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 530, DE 11 DE JUNHO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO, 4º Procurador de Justiça Criminal, de 2ª instância, para responder, sem prejuízo

de suas atuais funções, pela 3ª Procuradoria de Justiça Criminal, de 2ª instância, durante as férias do titular, referentes ao mês de julho do corrente ano.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 531, DE 11 DE JUNHO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições e em atendimento ao requerido no Processo PGJ nº 2301/2015, RESOLVE homologar o resultado das avaliações da Comissão de Avaliação Periódica de Desempenho dos Servidores do Quadro de Serviços de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público do Estado de Alagoas e determinar sua publicação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 532, DE 11 DE JUNHO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das suas atribuições e em atendimento ao requerido no Processo PGJ nº 2396/2015, RESOLVE designar a Dra. MARTHA BUENO MARQUES DE PINTO, Promotora de Justiça de Pão de Açúcar, de 2ª entrância, para atuar nos autos do processo nº 0031416-69.2011.8.02.0001, em tramitação na 7ª Vara Criminal da Capital, com sessão do Tribunal do Júri a ser realizada no dia 15 de junho do corrente ano.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 533, DE 11 DE JUNHO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das suas atribuições, tendo em vista o parecer favorável da Comissão de Estágio Probatório, conforme os arts. 14 e 15 do Ato Normativo PGJ nº 1/2007, de 4 de janeiro de 2007 e em razão da decisão exarada nos autos do Processo PGJ nº 2283/2015, RESOLVE homologar as três avaliações do período de estágio probatório, com pontuação final compatível com as exigências legais, e tornar estável o servidor JOÃO RODRIGO SANTOS FERREIRA, matrícula 825750-7, em face do cumprimento de 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo de Biblioteconomista, no período de 12/06/2012 a 11/06/2015, conforme o previsto no art. 41 da Constituição Federal.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 166604

>>>>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<<<

AO(S) '11' DIA(S) DO MÊS DE JUNHO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc. 1440/2015
Interessado:
JUÍZ DE DIREITO - 6ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
REMESSA DE AUTOS DIGITAIS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2376/2015
Interessado:
CARLOS TADEU DE ANDRADE LOPES FILHO, FUNCIONARIO DESTA PGJ
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
REQUERENDO READAPTAÇÃO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2377/2015
Interessado:
PROMOTORIA DE JUSTIÇA COLETIVA CRIMINAL DE ATRIBUIÇÃO NÃO PRIVATIVA
Natureza:
REQ. PUBLICACAO NO D. O. E.
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2378/2015
Interessado:
8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
REQUERENDO DESIGNAÇÃO
Remetido para:
ASSESSORIA ESPECIAL

Proc. 2369/2015
Interessado:
NÚCLEO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
RELATORIO - ATERRO SANITARIO EM OLHO DAGUA DAS FLORES/
CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTAO DE RESIDUOS SOLIDOS
Remetido para:
NÚCLEO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Proc. 2379/2015
Interessado:
JOE CAVALCANTE DA ROCHA, FUNCIONÁRIO DESTA PGJ
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
LICENÇA DE TRATAMENTO MÉDICO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2371/2015
Interessado:
MIGUEL DA CONCEIÇÃO
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
REF. SAUDE
Remetido para:
PROMOTORIA DE JUSTICA COLETIVA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Proc. 2373/2015
Interessado:
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MACEIO
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
DESIGNAÇÃO DE MEMBRO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2358/2015
Interessado:
ATIVA SERVIÇOS GERAIS
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS

Assunto:
REF. SOLICITAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE VALORES RETIDOS
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 2374/2015
Interessado:
PROCURADORIA DA REPUBLICA EM ALAGOAS
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
REF.; EXPEDIENTE N° PR-AL-00007627/2015
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2381/2015
Interessado:
JOSE SERGIO AUGUSTO DA SILVA
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
REF. VINCULO COM A CAMARA MUNICIPAL DE SAUDE
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2380/2015
Interessado:
MARCIA CRISTINA VILA VERDE NOBRE
Natureza:
SOLICITANDO ADESÃO AO TAC
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
PROMOTORIA DE JUSTICA COLETIVA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO
CONSUMIDOR

Proc. 2382/2015
Interessado:
PROCURADORIA DA REPUBLICA EM ALAGOAS
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
INQUERITO CIVIL N° 1.11.000.001412/2012-70
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2384/2015
Interessado:
ROSEMERE CLAUDINA DA SILVA
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
REF. CONCURSO PUBLICO DE BOCA DA MATA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2385/2015
Interessado:
DRA. FAILDE SOARES FERREIRA DE MENDONCA, PROMOTORA DE
JUSTICA
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
REQUERENDO CARRO, MOTORISTA E FOTOGRAFO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 2386/2015
Interessado:
DR. JOSE ANTONIO MALTA MARQUES,PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO DIARIA(S)
Assunto:
DIARIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2383/2015
Interessado:
MARIA DE FATIMA SANTOS OLIVEIRA
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
LIGAÇÃO INDEVIDA DE ESGOTO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2396/2015
Interessado:
1ª PROMOTORIA ESPECIAL CRIMINAL DA CAPITAL
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR PARA JURI
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2390/2015
Interessado:
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTERIO PUBLICO DE ALAGOAS
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
COPIA DO RELATORIO DA CORREIÇÃO ORDINARIA NA 2ª PJ DE
MARECHAL DEODORO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2280/2015
Interessado:
DR. HERMANN BRITO DE ARAUJO LIMA JUNIOR,PROMOTOR DE
JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
REQUERENDO IMPLANTAÇÃO E PAGAMENTO DE DIFERENÇA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

RANULFO PAES ARAUJO
ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA
=====

Protocolo 166565

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE
DESEMPENHO DOS SERVIDORES DO QUADRO DE SERVIÇOS DE APOIO
TÉCNICO E ADMINISTRATIVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DE ALAGOAS

AOS OITO DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E QUINZE, NAS
DEPENDÊNCIAS DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DE ALAGOAS, REUNIU-SE A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE
DESEMPENHO DOS SERVIDORES DO QUADRO DE SERVIÇOS DE APOIO
TÉCNICO E ADMINISTRATIVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DE ALAGOAS, CRIADA PELA PORTARIA PGJ N° 295, DE 15.03.2012,
DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS,
CONSTITUÍDA POR CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ, PROMOTOR DE
JUSTIÇA DE TERCEIRA ENTRÂNCIA, ALVARO CARVALHO MACEDO
DOS SANTOS, ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA GESTÃO
PÚBLICA E ANA CRISTINA FORQUEVITZ FERREIRA, ANALISTA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA GESTÃO PÚBLICA. SOB A PRESIDÊNCIA
DO PROMOTOR DE JUSTIÇA CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ, FOI INICIADA
A REUNIÃO, ONDE, INICIALMENTE FOI DITO QUE A COMISSÃO
FOI COMPOSTA DIANTE DO QUE INSTITUI A LEI COMPLEMENTAR
N° 24, DE 23.11.2006, QUE DEFINE SOBRE A AVALIAÇÃO PERIÓDICA
DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES DO QUADRO DE SERVIÇOS
AUXILIARES DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, E DISCIPLINA SOBRE A PERDA
DE CARGO PÚBLICO POR INSUFICIÊNCIA DE DESEMPENHO, QUE FOI
CRIADA PELA LEI ESTADUAL N° 6.306, DE 12.04.2002, SENDO ALTERADA
PELA LEI ESTADUAL N° 6.623, DE 10.10.2005. CONTINUANDO, FOI DITO
QUE, A AVALIAÇÃO SERÁ REALIZADA DE ACORDO COM O ART. 2º DA
CITADA LEI COMPLEMENTAR, ONDE SE AFERE O MÉRITO FUNCIONAL,
AVALIANDO A POSSIBILIDADE DE MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRABEM

COMO A POSSIBILIDADE DE PERDA DO CARGO POR INSUFICIÊNCIA DE DESEMPENHO. FOI DITO QUE, NELA SE OBSERVA CRITÉRIOS COMO: CUMPRIMENTO DE NORMAS DE PROCEDIMENTO E DE CONDUTA NA EXECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO, PRODUTIVIDADE NO TRABALHO, ASSIDUIDADE, PONTUALIDADE, APROVEITAMENTO EM PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, DISCIPLINA E URBANIDADE. POR ÚLTIMO, FOI FALADO QUE, CONCLUÍDA A AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO, SERÁ A MESMA SUBMETIDA A HOMOLOGAÇÃO DO CHEFE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. EM ATO CONTÍNUO PASSARAM A ANALISAR AS SEGUINTE AVALIAÇÕES: 1ª - EGLINE FRANCO ALVES MUSSURI, TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, Nº 825509-1 (SEGUNDA AVALIAÇÃO); 2ª - FELLIPE TAVARES DE CARVALHO BARROS, ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA GESTÃO PÚBLICA, MATRÍCULA Nº 825314-5 (QUARTA AVALIAÇÃO); 3ª - MARCOS ANDRE SOUZA DA ROCHA, ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA GESTÃO PÚBLICA, MATRÍCULA Nº 825261-0 (QUINTA AVALIAÇÃO); 4ª - ROSALVO FORTES FONTAN JUNIOR, ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA GESTÃO PÚBLICA, MATRÍCULA Nº 19310-0 (QUARTA AVALIAÇÃO). APÓS ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE DESEMPENHO ENTENDERAM QUE OS SERVIDORES RECEBERAM

AFERIÇÃO COMPATÍVEL COM AS EXIGÊNCIAS LEGAIS, PREVISTAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 24, DE 23.11.2006, EM SEU ARTIGO 3º, § 3º, INCISO III. DANDO CONTINUIDADE, DELIBEROU-SE PELA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, COM ENVIO DE OFÍCIO AO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CONFORME ARTIGO 4º, § 1º, DA REFERIDA LEI COMPLEMENTAR, PARA HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DA PRESENTE ATA EM DIÁRIO OFICIAL. NADA MAIS HAVENDO A SER DELIBERADO, FOI DECLARADA ENCERRADA A PRESENTE REUNIÃO, COM A LAVRATURA DESTA ATA QUE SEGUE ASSINADA PELOS MEMBROS DA COMISSÃO.

CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ - PRESIDENTE

ALVARO CARVALHO MACÊDO DOS SANTOS - MEMBRO

ANA CRISTINA FORQUEVITZ FERREIRA - MEMBRO

Protocolo 166610

QUADRO I

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA/FONTE	ADIÇÃO
	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS		
03.122.0003.2107.0000 PI000735	Manutenção das Atividades do Ministério Público Todo Estado	339093/0100	3.874.000,00
03.122.0003.2402.0000 PI002297	Manutenção dos Serviços de Informática Todo Estado	339039/0100	900.000,00
TOTAL			4.774.000,00

QUADRO II

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA/FONTE	REDUÇÃO
	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS		
03.091.0003.2089.0000 PI000709	Correções Ordinárias e Extraordinárias Todo Estado	339030/0100	15.000,00
		339033/0100	15.000,00
		339039/0100	45.000,00
03.091.0003.2363.0000 PI000731	Manutenção dos Serviços de Inteligência do Ministério Público Todo Estado	339014/0100	20.000,00
		339015/0100	10.000,00
		339030/0100	8.000,00
		339036/0100	18.000,00
		339039/0100	25.000,00
		339047/0100	2.000,00
03.091.0195.1010.0000 PI002330	Gestão Inovadora de Políticas Institucionais Metropolitana de Maceió	339035/0100	50.000,00
		339039/0100	100.000,00
03.091.0195.1011.0000 PI002331	Formação e Desenvolvimento de Membros e Servidores em Gestão Pública Metropolitana de Maceió	339039/0100	200.000,00
03.091.0241.1012.0000 PI002334	Construção de Promotorias Metropolitana de Maceió	449051/0100	200.000,00
03.091.0241.1013.0000 PI002340	Recuperação e Melhoria das Unidades do Ministério Público Todo Estado	339039/0100	200.000,00
03.091.0241.1014.0000 PI002341	Informatização do Ministério Público Metropolitana de Maceió	339039/0100	200.000,00
		449037/0100	149.000,00
		449039/0100	87.000,00
		449052/0100	154.000,00
03.091.0241.1883.0000 PI003794	Aparelhamento das Unidades do Ministério Público Todo Estado	449052/0100	200.000,00
03.122.0003.2107.0000 PI000735	Manutenção das Atividades do Ministério Público Todo Estado	315013/0100	50.000,00
		319092/0100	2.500.000,00

03.128.0003.2124.0000 PI000760	Manutenção da Escola Superior do Ministério Público Todo Estado	339014/0100	42.000,00
		339030/0100	40.000,00
		339033/0100	25.000,00
		339039/0100	220.000,00
		339047/0100	2.000,00
03.422.0003.2096.0000 PI000764	Manutenção dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público Todo Estado	339014/0100	70.000,00
		339030/0100	45.000,00
		339033/0100	15.000,00
		339036/0100	22.000,00
		339039/0100	41.000,00
		339047/0100	4.000,00
TOTAL			4.774.000,00

Protocolo 166614

Conselho Superior do Ministério Público

PAUTA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CSMP
A SER REALIZADA NO DIA 15.6.2015

Levamos ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros que, na próxima segunda-feira, dia 15.6.2015, às 14h, será realizada sessão do Conselho Superior do Ministério Público na sala dos órgãos colegiados, localizada no 4º andar do edifício-sede, onde serão discutidos e deliberados na forma seguinte:

Apreciação da ATA da 17ª Reunião Ordinária do CSMP do ano de 2015.

EXPEDIENTES PARA CONHECIMENTO

1. Ofício nº 226/2015 (PGJ/AL-2158/2015). Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de cópia de relatório de Correição Ordinária realizada, a pedido do Promotor de Justiça, na Promotoria de Justiça de Quebrangulo.
2. Memorando nº 615/2015. Origem: Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação da remessa de autos, em declínio de atribuições, à Procuradoria da República em Alagoas, em razão de tratar-se de construção financiada pelo Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal.
3. Memorando nº 694/2015. Origem: Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação da remessa de autos, em declínio de atribuições, à Procuradoria da República em Alagoas, em razão de tratar-se de demanda contra a Faculdade UNOPAR.
4. Memorando nº 712/2015. Origem: Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão da Notícia de Fato nº 68/2014 em Inquérito Civil tombado sob o nº 35/2015, instaurado para apurar irregularidades no fornecimento de água por carros-pipa.
5. Memorando nº 725/2015. Origem: Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de ajuizamento de ação civil pública em face da empresa de telefonia Claro, tombada sob o nº 0713158-28.2015.8.02.0001, distribuída 18ª Vara Cível da Capital.
6. Ofício nº 457/2015. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil, em face de notícia de fato constante nos autos do Proc. nº 11/2014, informando irregularidades no funcionamento do empreendimento Central Analítica, localizada na Rua Sá e Albuquerque, nº 184, bairro do Jaraguá, nesta capital, ante a inexistência de licença de operação perante o órgão ambiental estadual, apontando para potencial risco ao meio ambiente e à saúde.
7. Ofício nº 466/2015. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil, em face de peças de informação onde consta supressão de vegetação e construção em área de preservação permanente (APP), tudo sem licença ou autorização da autoridade ambiental competente, tendo como atuado o Sr. Francisco de Assis Verçosa Amorim, fatos ocorridos em terreno localizado no Residencial San Nicolas, Quadra A, Lote 12, nº 12, rua dos Caetés, CEP 57460-361, bairro da Serraria, nesta Capital.

8. Ofício nº 472/2015. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil, em razão de informações em face de peças de informação onde consta destruição de vegetação do bioma mata atlântica (aproximadamente 11.000m²), tudo sem licença ou autorização da autoridade ambiental competente, tendo como atuado o Sr. Luis Paulino do Nascimento, fatos ocorridos em propriedade localizada na Rodovia AL 101 Norte, bairro Ipioca, próximo ao quilômetro 60, (200m após a ponta do Rio Saúde, lado esquerdo), nesta capital.

9. Ofício nº 480/2015. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil, em razão de informações onde consta a ocorrência de elevado volume de sons e ruídos oriundos de equipamentos sonoros dos veículos (paradões de som) que frequentam o Posto Neno, Localizado na rua Formosa, nº 1985, bairro de Ponta Grossa, nesta capital.

10. Ofício nº 601-D/2015. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil Público objetivando investigar possível ato de improbidade administrativa em face do atual gestor da saúde do município de Campestre, em razão das informações de Núcleo de Defesa da Saúde dando conta de omissões da prestação de contas e na apresentação do relatório de gestão perante a Câmara Municipal.

11. Ofício nº 601-F/2015. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil Público objetivando investigar possível ato de improbidade administrativa em face do atual gestor da saúde do município de Jacuípe, em razão das informações de Núcleo de Defesa da Saúde dando conta de omissões da prestação de contas e na apresentação do relatório de gestão perante a Câmara Municipal.

12. Ofício nº 601-B/2015. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo. Assunto: Comunicação de instauração de inquérito civil para apurar possível ato de improbidade administrativa em face do atual gestor da saúde do município de Porto Calvo, em razão das informações contidas em ofício enviado pelo Núcleo de Defesa da Saúde dando conta de omissões na prestação de contas e na apresentação do relatório de gestão perante a Câmara Municipal, configurando ato de improbidade administrativa, conforme se depreende do art. 46 da Lei complementar nº 141/2012.

13. Ofício nº 608-B/2015. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo. Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Preparatório nº 10/2015, objetivando complementa informações para instauração de Inquérito Civil, em razão da notícia de que o município de Porto Calvo destruiu parte de uma praça pública a fim de favorecer empreendimento privado.

14. Ofício nº 604-A/2015. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Penedo. Assunto: Comunicação de ajuizamento de ação civil pública em face de serventário da justiça, diante das constatações obtidas no Processo Administrativo Disciplinar oriundo da Corregedoria Geral de Justiça do TJ/AL, e remetido pela Procuradoria Geral de Justiça a 2ª Promotoria de Justiça de Penedo.

15. Ofício MP/RL nº 35/2015. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo. Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Preparatório para investigar a aplicação da Lei de Acesso à Informações da Câmara de Vereadores de Rio Largo.

16. Ofício MP/RL nº 41/2015. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil para apurar irregularidades no Hospital Geral Ib Gatto.

17. Ofício MP/RL nº 46/2015. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil para apurar irregularidades na SMMT de Rio Largo, máxime dispensa indevida de licitação em obras de engenharia.

18. Ofício MP/RL n° 51/2015. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil para apurar irregularidades na SMMT de Rio Largo, máxime pagamento irregular de diárias.

19. Ofício MP/RL n° 53/2015. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo. Assunto: Encaminhamento de ação civil pública n° 0700641-35.2015.8.02.0051 ajuizada em desfavor do município de Rio Largo e Estado de Alagoas, com fins de interditar construções irregulares nas margens de domínio da rodovia AL 404, nos limites territoriais de Rio Largo.

PROCESSO PARA DELIBERAÇÃO

1. Consulta n° 04/2015 (Ofício n° 149/2015). Origem: 66ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Consulta sobre aspectos procedimentais de Inquéritos Cíveis (n° 01/2012, originário da Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal da Capital; 62/2007, originário da Promotoria de Justiça Coletiva do Meio Ambiente da Capital; 33/2011, originário da Promotoria de Justiça Coletiva do Meio Ambiente da Capital; 2126/2009, originário da Promotoria de Justiça Coletiva do Meio Ambiente da Capital; 1285/2009, originário da Promotoria de Justiça Coletiva do Meio Ambiente da Capital; 02/2011, originário da Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal da Capital; 1507/2008, originário da Promotoria de Justiça Coletiva do Meio Ambiente da Capital e 1174/2010, originário da Promotoria de Justiça Coletiva do Meio Ambiente da Capital.

PROCESSOS PARA DELIBERAÇÃO (REEXAME DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO)

1. 69. Procedimento Administrativo n° PGJ/AL-1327/2014 apenso o Procedimento Administrativo n° PGJ/AL-2151/2014. Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Interessado(a): Justiça do Trabalho. Assunto: Apuração de suposto ato de improbidade administrativa consistente na contratação, sem concurso público, de José Emílio da Silva, pelo Município de Passo de Camaragibe. Relator(a): Conselheiro Eduardo Tavares Mendes.

2. 68. Procedimento Administrativo n° PGJ/AL-1220/2014. Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Apuração de suposto ato de improbidade administrativa consistente na contratação, sem concurso público, de Cícero Pedro dos Santos, pelo Município de Passo de Camaragibe. Relator(a): Conselheiro Eduardo Tavares Mendes.

3. 70. Procedimento Administrativo n° PGJ/AL-647/2014 apenso Procedimento Administrativo n° PGJ/AL-1325/2014. Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Apuração de suposto ato de improbidade administrativa consistente na contratação, sem concurso público, de Noélia Alves da Silva, pelo Município de Passo de Camaragibe. Relator(a): Conselheiro Eduardo Tavares Mendes.

4. 71. Procedimento Administrativo n° PGJ/AL-1475/2014. Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Apuração de suposto ato de improbidade administrativa consistente na contratação, sem concurso público, de Cícera Maria dos Santos, pelo Município de Passo de Camaragibe. Relator(a): Conselheiro Eduardo Tavares Mendes.

5. 72. Procedimento Administrativo n° PGJ/AL-1476/2014. Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Apuração de suposto ato de improbidade administrativa consistente na contratação, sem concurso público, de Lindinalva Pimentel dos Santos, pelo Município de Passo de Camaragibe. Relator(a): Conselheiro Eduardo Tavares Mendes.

6. 73. Procedimento Administrativo n° PGJ/AL-1592/2014. Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Apuração de suposto ato de improbidade administrativa consistente na contratação, sem concurso público, de Ivanildo Leandro de Oliveira, pelo Município de Passo de Camaragibe. Relator(a): Conselheiro Eduardo Tavares Mendes.

Maceió, 11 de junho de 2015.

Luiz de Albuquerque Medeiros Filho
Promotor de Justiça
Secretário do CSMP

Protocolo 166656

Corregedoria Geral do Ministério Público

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Processo CGMP n° 68/2015

Interessado: Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Boca da Mata.

Natureza: Pedido de Providências.

EXTRATO DA DECISÃO: Acolho o parecer da Doutra Assessoria Técnica desta Corregedoria-Geral do Ministério Público, o qual passa integrar a presente Decisão,

determinando o arquivamento dos autos, em face da perda do objeto. Cientifique-se as partes. Publique-se. Após, arquite-se. Maceió, 08 de junho de 2015.

Vicente Felix Correia
Corregedor-Geral

Protocolo 166571

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Processo CGMP n° 69/2015

Interessado: Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Boca da Mata.

Natureza: Pedido de Providências.

EXTRATO DA DECISÃO: Acolho o parecer da Doutra Assessoria Técnica desta Corregedoria-Geral do Ministério Público, o qual passa integrar a presente Decisão, determinando o arquivamento dos autos, em face da perda do objeto. Cientifique-se as partes. Publique-se. Após, arquite-se. Maceió, 08 de junho de 2015.

Vicente Felix Correia
Corregedor-Geral

Protocolo 166572

Diga NÃO ao trabalho infantil

Crianças de 5 a 17 anos trabalhando, por região

Região	Porcentagem
Norte	18%
Nordeste	20%
Sudeste	24%
Sul	14%
Centro-Oeste	24%

Criança tem direito de ser criança!

IMPRESA OFICIAL GRACILIANO RAMOS